

ESTUDO TÉCNICO

N.º 08/2011

Gestão de benefícios: uma análise
descritiva do Censo SUAS 2011

MDS

SAAGI

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BLOCO A SALA 323

CEP 70054-960 BRASÍLIA DF TEL. 61 3433 1501

Estudo Técnico

No. 08/2011

Gestão de benefícios: uma análise descritiva do Censo SUAS 2011

Técnico responsável

Enrico Martignoni

Revisão

Paulo Jannuzzi

Joana AKiyo Nemoto

Estudos Técnicos SAGI é uma publicação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) criada para sistematizar notas técnicas, estudos exploratórios, produtos e manuais técnicos, relatórios de consultoria e reflexões analíticas produzidas na secretaria, que tratam de temas de interesse específico do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para subsidiar, direta ou indiretamente, o ciclo de diagnóstico, formulação, monitoramento e avaliação das suas políticas, programas e ações.

O principal público a que se destinam os Estudos são os técnicos e gestores das políticas e programas do MDS na esfera federal, estadual e municipal. Nesta perspectiva, são textos técnico-científicos aplicados com escopo e dimensão adequados à sua apropriação ao Ciclo de Políticas, caracterizando-se pela objetividade, foco específico e tempestividade de sua produção.

Futuramente, podem vir a se transformar em artigos para publicação: Cadernos de Estudos, Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação (RBMA) ou outra revista técnica-científica, para alcançar públicos mais abrangentes.

Palavras-chave: *Gestão de Benefícios; Transferência de Renda; Censo SUAS.*

Unidade Responsável

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Esplanada dos Ministérios | Bloco A | Sala 307

CEP: 70.054-906 Brasília | DF

Fone: 61 3433-1501 | Fax: 3433-1529

www.mds.gov.br/sagi

Secretário de Avaliação e Gestão da Informação

Paulo de Martino Jannuzzi

Secretária Adjunta

Paula Montagner

Apresentação

Este Estudo Técnico tem como objetivo apresentar resultados descritivos acerca de Gestão de Benefícios, Transferência de Renda e Inclusão Produtiva levantados no questionário de Gestão Municipal do Censo SUAS 2011, complementando estudo anterior mais específico sobre oferta de cursos de qualificação profissional.

1. Contextualização

O lançamento do Plano Brasil Sem Miséria em junho de 2011 levou o MDS a buscar informações complementares acerca da existência de programas, ações, práticas e atividades na área de gestão de benefícios, transferência de renda e inclusão produtiva nos estados e municípios brasileiros. Para tanto foram propostos e estruturados a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic), realizada pelo IBGE em 2012, o bloco de Assistência Social da Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2011 e um novo conjunto de quesitos de informações no questionário de Gestão Municipal do Censo Suas, em 2011. São resultados desse último instrumento, que contou com uma elevada taxa de resposta (5.416 municípios – 97% do total), que se fará a apresentação de resultados neste documento.

2. Ações realizadas relativas ao BPC e às famílias em situação de vulnerabilidade temporária

A quase totalidade dos municípios respondentes do Censo SUAS 2011 (95,8%) informou que a estrutura da assistência social existente na localidade desenvolveu ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). Como era de se esperar, dentre as ações mais frequentes, estão os procedimentos de encaminhamento ao INSS, de orientação sobre os direitos e os procedimentos de acesso ao BPC e de inserção de beneficiários do BPC nos serviços socioassistenciais e no Cadastro Único. São menos frequentes nos municípios, a elaboração de estudos diagnósticos do público potencial do benefício, assim como as atividades de entregas de listas aos CRAS e CREAS das listas territorializadas de beneficiários.

Tabela 1**Ações realizadas pelos Municípios relativas ao BPC – Brasil 2011**

Participação dos municípios por tipos de ações realizadas relativas ao Benefício de Prestação Continuada (BPC)	
Encaminhar possíveis beneficiários ao INSS	98,7
Inserir os beneficiários nos serviços socioassistenciais	91,5
Orientar a população beneficiária sobre seus direitos e procedimentos para acesso	96,3
Realizar estudos sobre as condições de vulnerabilidade das famílias com idosos e deficientes	59,7
Acompanhar o processo de concessão do BPC	82,7
Realizar o cadastramento dos beneficiários do BPC no cadúnico	89,1
Distribuir aos CRAS e CREAS do município listas, territorializadas, das famílias com beneficiários do BPC	63,2
Articular com outros setores a inserção dos beneficiários nas diversas políticas sociais	72,2

Fonte: MDS, Censo SUAS 2011.

A concessão de benefícios eventuais é uma atividade generalizada e está presente em 94 % das prefeituras. O pagamento do auxílio funeral é realizado em 89,8% dos municípios, o auxílio natalidade em 56 % e a concessão de benefícios em casos de calamidade pública, em 68% das localidades. A tabela 2 mostra os itens ofertados pela AS em caso de vulnerabilidade social temporária das famílias.

Tabela 2**Itens ofertados para famílias em situação de vulnerabilidade temporária**

Participação dos municípios por itens ofertados pela AS com benefícios eventuais para famílias em situação de vulnerabilidade social temporária	
Fotos	46,7
Segunda via de documentos	77,0
Agasalho Vestuário Cobertores Móveis Colchões utensílios domésticos	64,9
Pagamento de taxas, contas de água, energia elétrica e gás	32,4
Órteses e próteses (óculos, dentaduras, aparelhos ortopédicos, aparelhos dentários, aparelho auditivo, outros)	30,4
Meios Auxiliares de Locomoção (cadeira de rodas, muletas)	32,5
Apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município	30,6
Transporte de doentes	30,7
Fraldas geriátricas	39,6
Pagamento de exames médicos	24,8
Medicamentos	26,8
Cestas básicas	94,0
Leite, leite em pó dietas especiais	46,9
Auxílio construção	45,2
Pagamento de aluguel social	38,7
Uniforme material escolar	15,4
Passagens	73,0
Outros	31,7

Fonte: MDS, Censo SUAS 2011.

A distribuição de cesta básica é a ação mais comum em caso de vulnerabilidade social das famílias (94,0%), seguido de segunda via de documentos (77,0%), entregas de passagens (73,0%) e doação de agasalho, vestuário, cobertores, móveis, colchões e

utensílios domésticos (64,9%). Os demais itens elencados foram ofertados em menos da metade dos municípios brasileiros.

Prover acesso a documentação é uma das ações previstas no Plano Brasil Sem Miséria. Nesse aspecto, vale observar que nos últimos dois anos, 78,7% dos municípios promoveram ações para facilitar a emissão de documentos básicos. Nesses municípios, 91,7% do total criaram ações para facilitar a emissão do documento de identidade, 81,3% do registro civil, 75,3% facilitaram a obtenção da carteira de trabalho e 65,7% o mesmo com relação ao CPF.

Tabela 3
Ações de facilitação na emissão de documentos – Brasil 2011

Participação dos municípios que realizaram ações para facilitar a emissão de documentos por tipo de documentos emitidos.

Registro de nascimento	81,3
Cadastro de Pessoa Física (CPF)	65,7
Documento de identidade	91,7
Carteira de trabalho	75,3
Registro junto ao INSS	27,4
Carteira de pescador	7,2
Outro	12,0

Fonte: MDS, Censo SUAS 2011.

3. Programas municipais de Transferência de Renda

Segundo o Censo SUAS 2011, dos 5416 municípios respondentes, apenas 380 possuíam algum programa próprio de transferência de renda, no qual se utilizava recursos municipais para atender um público específico. Apenas 10% destes programas estavam sob a gestão da assistência social. Desses programas municipais de transferências de renda, 92,9% tinham lei municipal que os regulamentava.

A análise por porte populacional mostrou que esses programas estavam mais presentes nas metrópoles (50%), que nos pequenos municípios (5,5%). Nos grandes municípios a cifra correspondente era de 28,2% e nos municípios médios em torno de 14,1%.

Apesar do preenchimento do Cadastro Único ser de responsabilidade da municipalidade, em 75,3% dos municípios foi criado um cadastro próprio mantido na

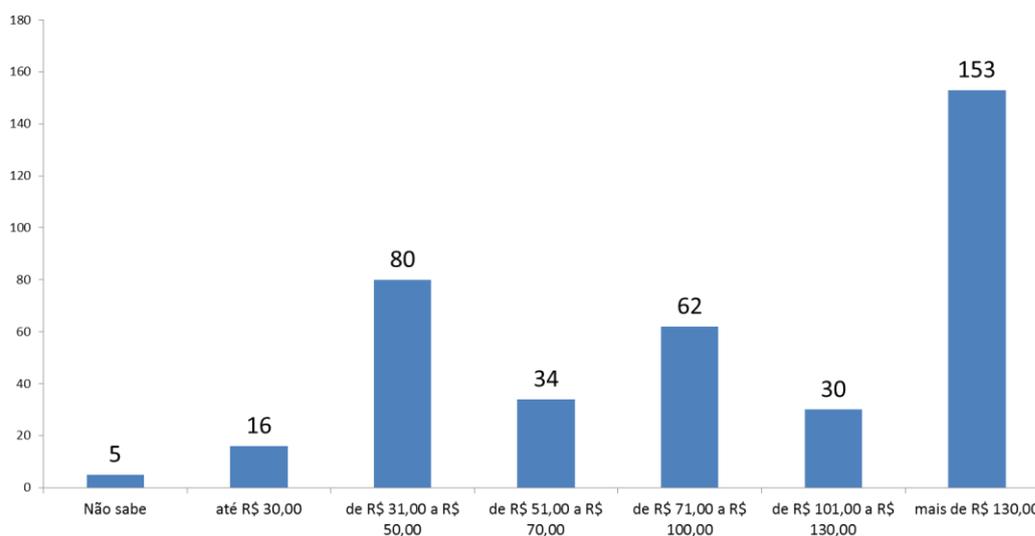
própria Prefeitura para identificação das famílias beneficiárias. Mais da metade dos municípios que tinham um programa próprio (52,1%) informaram não utilizar o Cadastro Único como fonte de identificação das famílias beneficiários, aspecto ainda mais presente nos municípios médios e pequenos.

O benefício é pago em 93,4% do total dos municípios com periodicidade mensal, igual ao Bolsa Família. A distribuição do valor médio mostra que quase metade (48,2%) dos municípios que possuem programa próprio de transferência de renda repassaram mais de R\$ 100,00 em benefícios às famílias, com variações significativas segundo porte municipal. Na larga maioria (90%) dos programas municipais de transferências havia alguma condicionalidade para receber o benefício.

Quanto à forma de como eram feitos os pagamentos dos benefícios chama atenção o fato de que 36,3% dos municípios – em geral, os de menor porte- fazem pagamento em espécie diretamente às famílias e 28,7% depósito em conta pessoal do beneficiário.

Gráfico 1

Distribuição dos municípios que possuem programa próprio de transferência de renda por valor médio mensal do benefício pago às famílias - Censo SUAS 2011



Fonte: MDS, Censo SUAS 2011.

4. Ações de Inclusão Produtiva

O protagonismo na realização de ações de Inclusão Produtiva segue, em geral, o porte municipal: quanto maior o município, mais diverso e mais frequente é o portfólio de ações.

De modo geral, as ações desenvolvidas com maior regularidade nos municípios brasileiros são as referentes à educação de jovens e adultos, inclusão digital, qualificação profissional e fomento ao artesanato.

Nas metrópoles e grandes municípios há maior oferta de ações de assistência técnico-gerencial a empreendimentos individuais ou coletivos, de incubadoras de empreendimentos, intermediação de mão de obra e de educação técnica e tecnológica. O fomento ao extrativismo é pouco desenvolvido, sendo mais praticada nos municípios médios e pequenos.

Ações de oferta de microcrédito são desenvolvidas ou intermediadas por menos da metade das prefeituras. Das 16 metrópoles apenas 8 contam com ações de microcrédito e nos grandes municípios, apenas 40,6% do total.

Tabela 4
Ações de Inclusão Produtiva segundo porte municipal – Brasil 2011

Ações desenvolvidas pelo governo municipal	Porte Populacional											
	Pequeno I		Pequeno II		Médio		Grande		Metrópole		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Educação de Jovens e Adultos	2.578	68,2%	821	79,2%	263	82,2%	228	85,7%	14	87,5%	3.904	72,1
Educação Técnica e Tecnológica	374	9,9%	206	19,9%	98	30,6%	87	32,7%	4	25,0%	769	14,2
Qualificação profissional	2.387	63,2%	819	79,1%	278	86,9%	250	94,0%	16	100,0%	3750	69,2
Intermediação de mão-de-obra	610	16,1%	306	29,5%	123	38,4%	143	53,8%	11	68,8%	1193	22,0
Fomento ao empreendedorismo individual	884	23,4%	424	40,9%	147	45,9%	163	61,3%	13	81,3%	1631	30,1
Fomento ao empreendedorismo coletivo	726	19,2%	333	32,1%	120	37,5%	133	50,0%	11	68,8%	1323	24,4
Assistência Técnico-gerencial a empreendimentos individuais	254	6,7%	129	12,5%	46	14,4%	72	27,1%	10	62,5%	511	9,4
Assistência Técnico-gerencial a empreendimentos coletivos	260	6,9%	128	12,4%	53	16,6%	77	28,9%	10	62,5%	528	9,7
Incubação de empreendimentos	90	2,4%	58	5,6%	41	12,8%	69	25,9%	7	43,8%	265	4,9
Fomento à Economia Solidária	541	14,3%	232	22,4%	101	31,6%	119	44,7%	9	56,3%	1002	18,5
Fomento ao Associativismo e ao Cooperativismo	1.049	27,8%	425	41,0%	141	44,1%	142	53,4%	8	50,0%	1765	32,6
Microcrédito	591	15,6%	294	28,4%	99	30,9%	108	40,6%	8	50,0%	1100	20,3
Fomento ao Extrativismo	179	4,7%	104	10,0%	36	11,3%	14	5,3%	0	0,0%	333	6,1
Fomento ao Artesanato	2.125	56,2%	674	65,1%	218	68,1%	216	81,2%	13	81,3%	3246	59,9
Inclusão digital	2.571	68,1%	814	78,6%	256	80,0%	224	84,2%	14	87,5%	3879	71,6

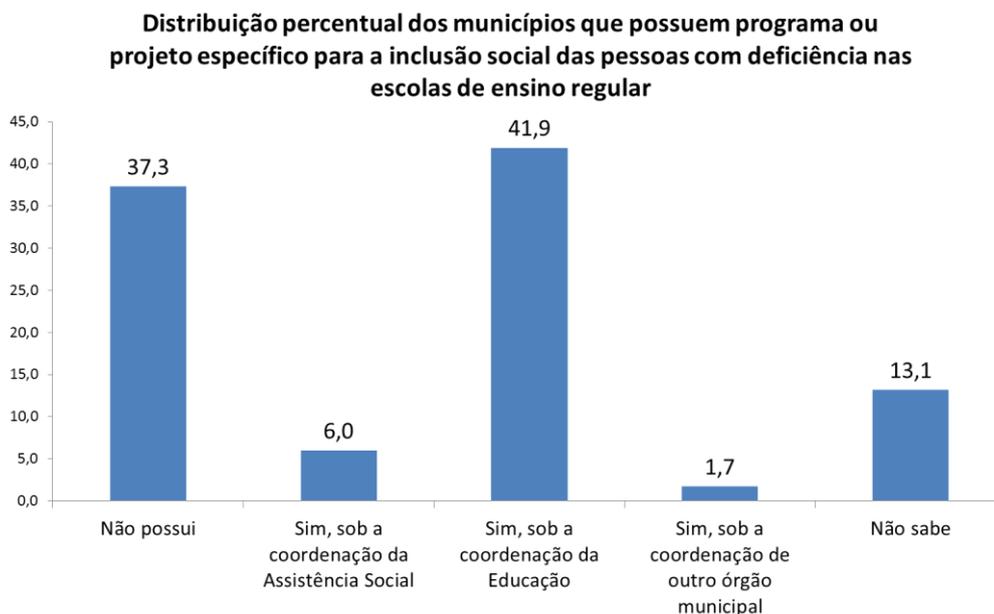
Fonte: MDS, Censo SUAS 2011.

5. Ações de Inclusão de pessoas com deficiência

No campo de ações para inclusão de pessoas com deficiência há certamente trabalho por fazer, seja na escola, seja no trabalho. Em 37,3% dos municípios não há projeto para a inclusão social desse público nas escolas. Quando existe, está

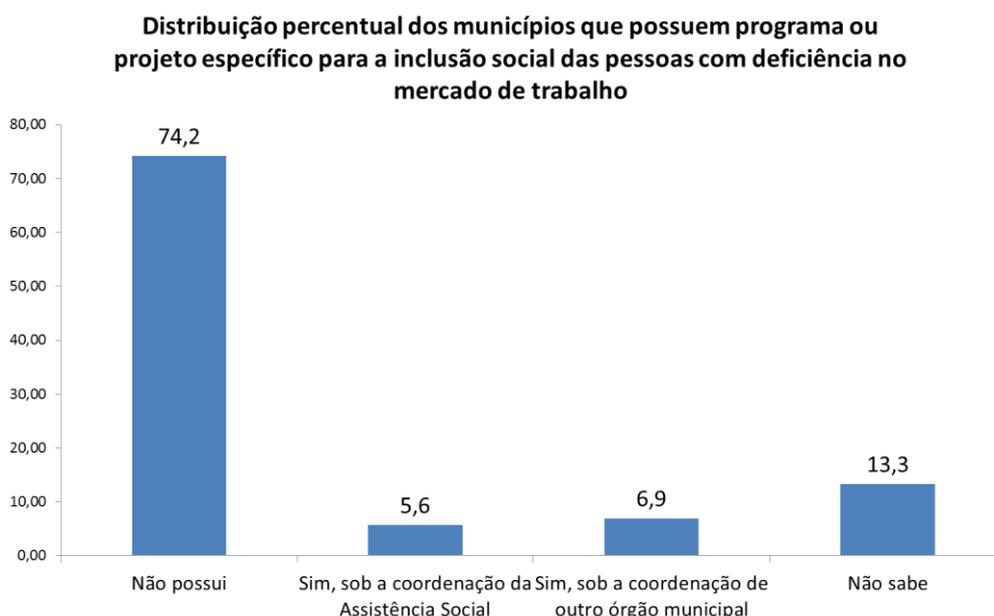
basicamente sob a coordenação da educação (85% entre aqueles municípios em que o gestor revelou conhecer a existência da política de inclusão). Em 74,2% dos municípios não há programa ou projeto para a inclusão no mercado de trabalho, quando há, a maior parte não é comandada pela assistência social.

Gráfico 2



Fonte: MDS, Censo SUAS 2011.

Gráfico 3



Fonte: MDS, Censo SUAS 2011.